



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais
Período de Análise: janeiro de 2011.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Site eletrônico do MDS
Site eletrônico do MDA
Site Eletrônico do MMA
Site eletrônico do INCRA
Site eletrônico da CONAB
Site eletrônico do MAPA
Site eletrônico da Agência Carta Maior
Site Eletrônico da Fetraf
Site Eletrônico da MST
Site Eletrônico da Contag
Site Eletrônico Biodiesel Br
Site Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital
Biodiesel Br

Índice

O país que ele construiu - Milton Gamez e Hugo Cilo - Isto É Dinheiro - Economia - 10/01/2011	3
Excluídos dos bancos são 40% dos brasileiros - O Globo - Capa - 12/01/2011.....	7
Brasil tem 40% de excluídos bancários, diz Ipea - Karina Lignelli - O Globo - Economia - 12/01/2011	7
Bolsa-Família e emprego - Estado de São Paulo - Notas e Informações - 18/01/2011.....	9
Bolsa-Família e emprego - O Estado de São Paulo - Notas e Informações - 19/01/2011.....	10
Bolsa Família - Valor Econômico - Opinião - 21/01/2011.....	11

O país que ele construiu – Milton Gamez e Hugo Cilo - Isto É Dinheiro – Economia – 10/01/2011

Os oito anos que mudaram a economia, colocaram o Brasil na rota do crescimento sustentado e o transformaram num dos mercados mais cobiçados do mundo.

Em outubro de 2002, em seu primeiro discurso como presidente eleito da República, o ex-metalúrgico nordestino Luiz Inácio Lula da Silva revelou uma ambição singela: “Precisamos garantir que cada homem ou cada mulher, por mais pobre que seja, tenha o direito de tomar café da manhã, almoçar e jantar todo santo dia.”

Dois mandatos e oito anos depois, Lula deixa um legado que vai muito além da redução da fome no Brasil. Ao descer a rampa do Palácio do Planalto, em 1º de janeiro, ele encerrou um capítulo decisivo na história do País, digno de grandes personagens da política nacional, como Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas.



"O Brasil será a quinta maior economia do mundo até 2016"
Lula, ex-presidente do Brasil

Na era Lula, quase 40 milhões de brasileiros deixaram a linha da pobreza e se tornaram uma poderosa classe média consumidora. Essas pessoas passaram a se alimentar mais e melhor, a comprar automóveis e eletrônicos, a viajar

nas férias e a realizar o sonho da casa própria. O Brasil passou de caloteiro internacional à grande voz dentre os países emergentes, sentando lado a lado com os desenvolvidos nos fóruns de poder e de negócios internacionais.

Um círculo virtuoso de distribuição de renda, justiça social e crescimento que mudou a economia brasileira e despertou a atenção do mundo. Leia, nas próximas

páginas, as reportagens que mostram o País que Lula construiu e deixa para sua sucessora, Dilma Rousseff, melhorar.

Ao receber das mãos de Fernando Henrique Cardoso a faixa de presidente, Lula assumiu um país malvisto pelo mundo financeiro, uma herança dos tropeços econômicos causados pelo superendividamento e pela hiperinflação dos anos 80 e início dos 90.

Seus dois antecessores, Itamar Franco e FHC, conseguiram domar o dragão da inflação com o Plano Real, mas o resgate da confiança internacional plena só aconteceria no governo Lula. Ironia do destino?



Lula chegou e saiu de Brasília como o presidente mais popular da história do Brasil e sepultou a fama de caloteiro internacional. Depois de receber a faixa de FHC (abaixo), reconquistou a credibilidade global

Ele próprio era visto como uma ameaça séria à estabilidade econômica e, no exercício do poder, revelou-se seu maior defensor. Lula acabou com o risco Lula. Às vésperas das eleições 2002, o chamado risco-país (termômetro que mede a confiança dos investidores na capacidade de uma nação honrar seus pagamentos) medido pelo banco J.P.Morgan atingiu 2.436 pontos, equivalente ao índice de países como Paquistão e Burundi. Hoje, o cenário é o extremo oposto.

Graças à manutenção dos pilares macroeconômicos construídos nos anos de FHC e da redução da dívida pública em proporção do PIB (veja gráfico), o risco-país chegou aos atuais 174 pontos.

E mais: o Brasil recebeu o carimbo de grau de investimento pelas três maiores agências de classificação de risco de crédito, Standard & Poor's, Moody's e Fitch. Com isso, passou a ser visto oficialmente como uma economia de fundamentos mais sólidos e menos vulnerável a crises externas, proporcionando ao investidor uma opção mais segura para investimentos.

Nem mesmo a crise do mensalão, em 2006, foi capaz de impedir a construção dessa confiança. **“O Brasil solidificou seus fundamentos e, principalmente, tornou-se um país previsível”, disse à DINHEIRO o diretor do grupo de analistas soberanos da Standard & Poor’s, Sebastian Briozo.**

No Bric, clube dos emergentes mais promissores, deixou Rússia, Índia e China para trás nesse aspecto. “Nenhum dos Brics possui tanta previsibilidade política quanto o Brasil. Aos olhos dos investidores, isso é fundamental”, garante Briozo.



O resgate e a manutenção da credibilidade externa são vistos como o maior legado de Lula por empresários e até adversários políticos. “Lula deixa a consolidação de uma política econômica responsável.

O Brasil é respeitado na comunidade internacional. A responsabilidade, o respeito aos contratos e os estímulos à iniciativa privada são um grande legado”, afirma Rômulo de Mello Dias, presidente da Cielo, uma das novas empresas que deram certo na revolução capitalista dos últimos anos.

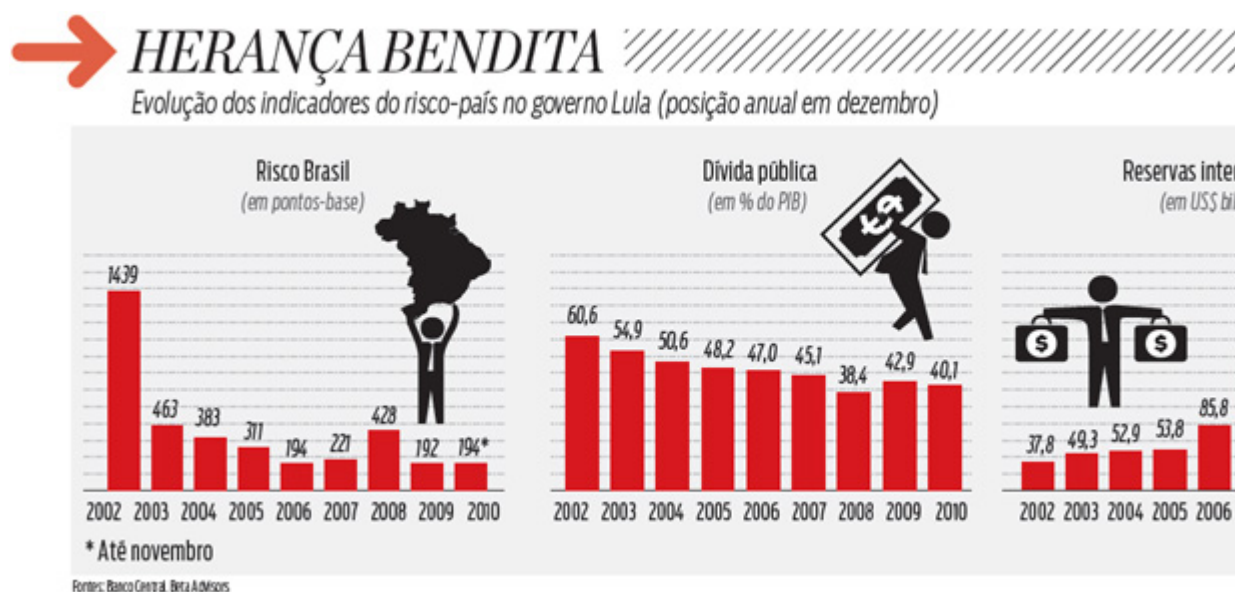
Embora ressalve que o governo tenha gasto demais nos últimos meses durante a campanha eleitoral, o que obrigará Dilma Rousseff a pisar no freio da economia nos primeiros meses de 2011, o senador Aécio Neves, do PSDB, reconhece o feito histórico.

“A maior herança (de Lula) é a responsabilidade em manter a política econômica herdada do governo anterior, com metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário”, afirma Neves.

Não por acaso, o Brasil é hoje um dos principais destinos de investimentos estrangeiros. A entrada recorde de dólares abriu caminho para o aumento das reservas internacionais, que saltaram de US\$ 37,8 bilhões em 2002 para quase US\$ 285 bilhões.

No caminho inverso, o dólar caiu de R\$ 3,94 para menos de R\$ 1,70. A equipe econômica de Lula, liderada por Guido Mantega na Fazenda e Henrique Meirelles no Banco Central, fez o País ficar menos endividado.

A relação dívida/PIB recuou de 60,6%, em 2002, para 40,1%, em 2010. A taxa de juros reais (além da inflação) desceu sete pontos percentuais. O crédito, uma das locomotivas do crescimento, aumentou em 20 pontos percentuais e ficou próximo a 50% do PIB.



Em um positivo efeito cascata, o crescimento do PIB deverá se aproximar de 8% em 2010, quase três vezes superior à média de 2,6% dos quatro anos anteriores. “O Brasil experimentou um ciclo de crescimento constante e sustentável, apoiado em um alicerce econômico mais sólido”, diz o economista-chefe do J.P. Morgan, Fábio Akira. “Tudo isso criou um campo fértil para o avanço da nova classe média”, completa.

Mais do que manter intacta a herança monetária do Plano Real, Lula capitaneou uma revolução de consumo que fez do mercado doméstico o grande trunfo para atrair investimentos locais e externos e escapar mais rápido da grande recessão global de 2008.

“O mandato de oito anos teve coerência. Lula acreditou que a estabilidade monetária era a pré-condição para que outras coisas boas acontecessem no Brasil”, diz o presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco. “Ao mesmo tempo, a determinação da inclusão social e os mecanismos de distribuição de renda foram fundamentais para a expansão do crédito e a criação de um mercado interno mais forte.”

Obviamente, Dilma terá muito trabalho pela frente e o desafio de aprofundar reformas estruturais empacadas, como a tributária e a da Previdência. Mas o País do futuro virou o País do presente.

Em suas últimas declarações no governo, Lula mostrou-se satisfeito com as conquistas e as perspectivas. “O Brasil será a quinta maior economia do mundo em 2016”, previu na terça-feira 28 em Pernambuco, sua terra natal. Alguém duvida?

Excluídos dos bancos são 40% dos brasileiros – O Globo – Capa – 12/01/2011

Estudo do Ipea mostra que, mesmo com a alta da renda, 40% dos brasileiros não têm conta em banco. Segundo o instituto, 53 milhões de brasileiros com mais de 18 anos são “excluídos bancários”. No Sudeste, região mais rica, um terço vive sem o serviço. Página 23

Brasil tem 40% de excluídos bancários, diz Ipea - Karina Lignelli – O Globo – Economia – 12/01/2011

Levantamento mostra que 53,3 milhões de brasileiros acima de 18 anos não têm acesso aos serviços bancários

Mesmo com o aumento da renda e dos esforços de bancarização nos últimos anos, cerca de 40% dos brasileiros ainda não têm conta em banco. O maior contingente de “excluídos bancários” está nas regiões Nordeste (52,6% dos habitantes) e Norte (50%). Os dados fazem parte do estudo “Bancos: Exclusão e Serviços”, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), baseado em informações colhidas com 2.770 entrevistados de todas as regiões do país. Segundo o Ipea, 53,3 milhões de brasileiros acima de 18 anos não têm acesso aos bancos.

Nas regiões economicamente mais desenvolvidas, os correntistas são maioria, mas falta muito ainda para a universalização desses serviços. No Sudeste, região mais rica do país, quase 34% da população ainda não têm acesso a serviços bancários. No Sul, o percentual dos “sem conta” é um pouco menor, 30%. Maioria busca crédito fora dos bancos

De acordo com o Ipea, a população de baixa renda e pouca escolaridade é que constituía a maior parte do contingente sem contas, embora represente uma parcela importante que está sendo absorvida pelo mercado de trabalho, devido ao crescimento econômico. Dos entrevistados pelo Ipea que cursaram até a 8ª série do primeiro grau, apenas 54,8% são correntistas de bancos, enquanto entre os que têm

curso superior, esse percentual sobe a 88,5%.

Em relação aos serviços oferecidos pelos bancos, para 62,1% dos entrevistados o principal é movimentar dinheiro (saques e depósitos). Apenas 4,5% dos entrevistados disseram que emprestar dinheiro é uma função importante. Segundo o Ipea, esse dado indica que a maioria das pessoas ainda busca crédito de outras formas, muitas vezes ilícitas (agiotas) ou em instituições e lojas que não são fiscalizadas nem seguem a regulamentação do sistema financeiro.— É preocupante. Tomar crédito, para uma boa parte da população, não tem relação com o futuro, só serve para acertar o passado. E sai muitomais caro devido aos juros maiores, principalmente para os que têm menor renda — destaca o presidente do Ipea, Marcio Pochmann.

De acordo com o estudo, para mais de um terço das pessoas com conta (35,3%), foi o empregador que escolheu o banco onde é correntista. Já a tradição e a relação familiar foram os motivos citados para a escolha do banco por 17,5% dos entrevistados. A confiança foi apontada por 17,2% dos correntistas. Mesmo não sendo a maioria, 40,3% dos entrevistados que não têm conta em banco disseram desejar ser incluídos no sistema. Por isso, segundo o Ipea, é necessário criar produtos e serviços específicos para absorver esse público e “socializar o acesso a esse bem público”. — Hoje, boa parte desses não bancarizados só tem acesso ao crédito pelo varejo (pelos cartões de loja), situação em que os juros são maiores que o do CDC (crédito direto ao consumidor) ou outras formas concedidas pelos bancos. A exclusão é gritante, e a precarização da oferta de serviços é que faz pensar como se dará essa política de preparar a inclusão bancária — destacou a coordenadora executiva do Idec (Instituto de Defesa do Consumidor), Lisa Gunn, que colaborou com a pesquisa.

O diretor de Relações Institucionais da Febraban (Federação Brasileira dos Bancos), Mário Sérgio Vasconcelos, diz que o alto número de pessoas sem conta bancária não é uma exclusividade do Brasil, mas algo comum na América Latina. Ele argumenta que a regulação rígida do sistema bancário brasileiro não permite que alguns consumidores se tornem correntistas, já que não conseguem atender às exigências. Mesmo assim, de 2000 a 2009, segundo a entidade, a bancarização cresceu a uma taxa de 110% no Brasil: — Hoje existem discussões das autoridades reguladoras para facilitar ou promover o ingresso dessa importante parcela da população que está entrando no mercado agora.

Embora os bancos estejam no segundo lugar do ranking de reclamações do Idec, a pesquisa do Ipea aponta que 78,8% dos clientes de bancos entrevistados consideram o tempo para realizar operações bancárias satisfatório ou muito satisfatório. Em relação à segurança nas agências, a satisfação alcançou 78,2%.

Bolsa-Família e emprego – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 18/01/2011

O fato de os beneficiários do Bolsa-Família ficarem menos tempo no emprego do que os trabalhadores de baixa renda não atendidos pelo programa e de, quando o perdem, demorarem mais para encontrar outra ocupação com carteira assinada é mais um dos graves problemas deixados pelo governo anterior, que não se preocupou em definir e colocar em prática medidas que propiciem às pessoas atendidas condições para abrir mão do benefício. Sem garantia de uma renda regular suficiente para substituir os pagamentos mensais que recebem do governo, os beneficiários tendem a se perpetuar no programa. Tornam-se clientes cativos do governo.

É inquestionável a importância do Bolsa-Família, que atende 12,9 milhões de famílias com renda mensal per capita inferior a R\$ 140, com valores que variam de R\$22 a R\$200 mensais. Mas, apesar de seus efeitos positivos sobre a vida das famílias mais pobres, que resultaram na redução dos índices de pobreza e na melhoria do padrão de distribuição de renda, o programa tem problemas que precisam ser enfrentados com urgência, como observou a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, em seu discurso de posse.

“O maior desafio continua sendo a inclusão produtiva, a geração de oportunidades de emprego e renda”, disse a ministra. Em outras palavras, é preciso oferecer aos beneficiários do Bolsa-Família condições para que eles possam ascender social, econômica e profissionalmente por meio de seu trabalho, dispensando a ajuda governamental.

Reportagem de Marta Salomon publicada domingo pelo Estado, baseada em estudo de um consultor do Ministério do Desenvolvimento Social, não deixa dúvidas quanto à urgência da adoção, pelo governo, de medidas que melhorem as condições para a “inclusão produtiva” dos beneficiários do Bolsa-Família.

Muitos dos que saem do programa para um emprego remunerado não se mantêm nele. Quando esses beneficiários conseguem emprego remunerado, as condições de trabalho são precárias e a renda, incerta. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre o relacionamento dos inscritos no Bolsa-Família com o mercado de trabalho constatou que, entre os que têm ocupação, 75,2% não dispõem de cobertura da Previdência Social – ou seja, estão na informalidade. É um índice muito maior do que o registrado em toda a população economicamente ativa, de 49,8% dos ocupados sem proteção previdenciária.

Se, eventualmente, consegue um emprego formal, com proteção previdenciária e garantias trabalhistas, o trabalhador inscrito no Bolsa-Família tende a ficar muito pouco tempo nele. “Menos de um ano depois da contratação, metade dos beneficiários é desligada e 30% perderão seus empregos em menos de seis meses”, constatou Alexandre Leichsenring, consultor do Ministério do Desenvolvimento Social, no estudo Precariedade laboral, volatilidade de renda e a cobertura do Programa Bolsa-Família, que elaborou com o pesquisador do Ipea Sergei Soares.

Quando os beneficiários saem do mercado de trabalho, sua recontração é muito pouco provável, pois apenas 25% dos que foram demitidos conseguem novo

emprego com carteira assinada no período de quatro anos.

Este é, seguramente, um dos fatores que tornam mais difícil para os beneficiários devolverem seus cartões de benefícios. O Bolsa-Família, ao contrário de outros programas de transferência de renda existentes na América Latina, não fixou prazo máximo de permanência dos beneficiários nas listas de pagamentos nem estimulou, de maneira mais efetiva, seus participantes a adquirir preparo profissional para obter de seu trabalho a renda necessária para viver sem ajuda governamental.

Baixa escolaridade dos inscritos no Bolsa-Família (mais da metade tem menos de quatro anos de estudo), baixa qualificação profissional e forte concentração regional de famílias pobres tornam mais difícil, para boa parte dos beneficiários, a obtenção de renda regular por meio de seu trabalho. Este é o desafio que o governo precisa enfrentar, para assegurar a mais brasileiros o acesso ao mercado de trabalho regular.

Bolsa-Família e emprego – O Estado de São Paulo – Notas e Informações – 19/01/2011

O fato de os beneficiários do Bolsa-Família ficarem menos tempo no emprego do que os trabalhadores de baixa renda não atendidos pelo programa e de, quando o perdem, demorarem mais para encontrar outra ocupação com carteira assinada é mais um dos graves problemas deixados pelo governo anterior, que não se preocupou em definir e colocar em prática medidas que propiciem às pessoas atendidas condições para abrir mão do benefício. Sem garantia de uma renda regular suficiente para substituir os pagamentos mensais que recebem do governo, os beneficiários tendem a se perpetuar no programa. Tornam-se clientes cativos do governo.

É inquestionável a importância do Bolsa-Família, que atende 12,9 milhões de famílias com renda mensal per capita inferior a R\$ 140, com valores que variam de R\$ 22 a R\$ 200 mensais. Mas, apesar de seus efeitos positivos sobre a vida das famílias mais pobres, que resultaram na redução dos índices de pobreza e na melhoria do padrão de distribuição de renda, o programa tem problemas que precisam ser enfrentados com urgência, como observou a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, em seu discurso de posse. “O maior desafio continua sendo a inclusão produtiva, a geração de oportunidades de emprego e renda”, disse a ministra.

Em outras palavras, é preciso oferecer aos beneficiários do Bolsa-Família condições para que eles possam ascender social, econômica e profissionalmente por meio de seu trabalho, dispensando a ajuda governamental. Reportagem de Marta Salomon publicada domingo pelo Estado, baseada em estudo de um consultor do Ministério do Desenvolvimento Social, não deixa dúvidas quanto à urgência da adoção, pelo governo, de medidas que melhorem as condições para a “inclusão produtiva” dos beneficiários do Bolsa Família. Quando esses beneficiários conseguem emprego remunerado, as condições de trabalho são precárias e a renda, incerta.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre o relacionamento dos inscritos no Bolsa-Família com o mercado de trabalho constatou

que, entre os que têm ocupação, 75,2% não dispõem de cobertura da Previdência Social – ou seja, estão na informalidade.

É um índice muito maior do que o registrado em toda a população economicamente ativa, de 49,8% dos ocupados sem proteção previdenciária. Se, eventualmente, consegue um emprego formal, com proteção previdenciária e garantias trabalhistas, o trabalhador inscrito no Bolsa-Família tende a ficar muito pouco tempo nele. “Menos de um ano depois da contratação, metade dos beneficiários é desligada e 30% perderão seus empregos em menos de seis meses”, constatou Alexandre Leichsenring, consultor do Ministério do Desenvolvimento Social, no estudo

Precariedade laboral, volatilidade de renda e a cobertura do Programa Bolsa-Família, que elaborou como pesquisador do Ipea Sergei Soares. Quando os beneficiários saem do mercado de trabalho, sua reconstrução é muito pouco provável, pois apenas 25% dos que foram demitidos conseguem novo emprego com carteira assinada no período de quatro anos. Este é, seguramente, um dos fatores que tornam mais difícil para os beneficiários devolverem seus cartões de benefícios.

O Bolsa-Família, ao contrário de outros programas de transferência de renda existentes na América Latina, não fixou prazo máximo de permanência dos beneficiários nas listas de pagamentos nem estimulou, de maneira mais efetiva, seus participantes a adquirir preparo profissional para obter de seu trabalho a renda necessária para viver sem ajuda governamental.

Baixa escolaridade dos inscritos no Bolsa-Família (mais da metade tem menos de quatro anos de estudo), baixa qualificação profissional e forte concentração regional de famílias pobres tornam mais difícil, para boa parte dos beneficiários, a obtenção de renda regular por meio de seu trabalho. Este é o desafio que o governo precisa enfrentar, para assegurar a todos os brasileiros o acesso ao mercado de trabalho regular.

Bolsa Família – Valor Econômico – Opinião – 21/01/2011

O Bolsa Família é um programa social muito bem-sucedido. Atende cerca de 12 milhões de famílias, é bem focalizado (chega principalmente às famílias mais pobres), custa relativamente pouco e tem impactos consideráveis sobre a pobreza e a desigualdade de renda. Além disto, as famílias que recebem os recursos do programa têm, como contrapartida, que matricular os filhos na escola e manter a vacinação em dia. O programa é exemplo das modernas políticas de transferências condicionais de renda.

O custo do Bolsa Família, cerca de 0,4% do PIB, é baixo tendo em vista o impacto sobre a pobreza. O valor atual do benefício é de R\$ 68 para as famílias extremamente pobres (com renda familiar per capita abaixo de R\$ 70 mensais), mais R\$ 22 para cada filho de até 15 anos de idade que esteja estudando (até o limite de três filhos) e R\$ 33 para cada filho adolescente na escola. Como a renda familiar per capita média mensal dos 10% mais pobres era de apenas R\$ 35 em 2003, acrescentar

R\$ 112 para uma família de quatro pessoas (com duas crianças na escola) é quase dobrar sua renda.

Não subíamos que custava tão pouco melhorar a qualidade de vida dos mais pobres no Brasil. Os políticos demoraram muito tempo para criar um programa desse tipo em larga escala. Quem fez primeiro recebeu votos nas eleições. Uma troca justa. Além disso, o Bolsa Família é muito superior às tradicionais políticas regionais, que concedem subsídios para a abertura de empresas nas regiões mais pobres, em nome de uma possível geração de empregos. Na verdade, esses programas transferem renda da sociedade como um todo para os empresários e trabalhadores mais ricos, piorando a distribuição de renda, além dos problemas clássicos de corrupção.

Já no Bolsa Família o recurso vai diretamente para as famílias, que retiram o dinheiro nos caixas dos bancos. Isso aumentou significativamente o número de pessoas com acesso a bancos e capacitou a criação de um grande número de correspondentes bancários pelo interior do país. Porém, as coisas começam a ficar mais complicadas quando pensamos no que fazer daqui para frente. Devemos manter o programa como ele está? Devemos aumentar o valor das transferências? Quais são as portas de saída? Devemos ajudar os participantes a encontrarem uma atividade produtiva para sair do programa? O que eles poderiam fazer? Para as crianças, o problema poderia ser resolvido pelas condicionalidades, já que as famílias têm que colocar seus filhos na escola e vaciná-los para receber os recursos do programa.

O aprendizado e a saúde tornariam as crianças mais produtivas e fariam com que elas conseguissem progredir no mercado por conta própria. Porém, a qualidade das escolas públicas e a situação do saneamento básico no Brasil ainda deixam muito a desejar, aumentando a incidência de doenças na infância e diminuindo o aprendizado. Assim, as principais políticas para diminuir a dependência do Bolsa Família no longo prazo são: melhorar a qualidade das escolas públicas e resolver o problema do saneamento básico.

No caso dos jovens, poderíamos seguir o exemplo do programa “Oportunidades” do México, precursor dos programas de transferências condicionadas de renda. Nesse programa, o jovem que inicia o ensino médio recebe uma conta de poupança com aportes mensais em dinheiro, cujo resultado ao fim de três anos (desde que ele obtenha o diploma) pode ser utilizado como garantia para obter um empréstimo para abrir um negócio, pagar uma faculdade privada, obter um financiamento imobiliário ou fazer um seguro saúde. Como o acesso ao crédito ainda é restrito no Brasil (grande parte da população pobre não tem nem mesmo uma conta bancária), essa proposta teria boas chances de ter dar certo. Para os adultos, a situação é um pouco mais complicada. O ideal seria capacitá-los com as habilidades necessárias para a reinserção no mercado de trabalho, que também os livraria da dependência.

O problema é que quando as pessoas não desenvolvem suas capacidades cognitivas (raciocínio, memória) e não cognitivas (motivação, perseverança) quando crianças, torna-se difícil desenvolvê-las na fase adulta. E essas habilidades são necessárias para a inserção produtiva no mercado de trabalho ou em atividades empreendedoras. É por isso que os recipientes do Bolsa Família têm tanta rotatividade no mercado de trabalho, permanecendo por pouco tempo em empregos formais.

Ainda assim é necessário investir nos adultos, para compensá-los pela falta de oportunidades para adquirir educação e saúde quando eram crianças. É preciso testar propostas inovadoras, que possam superar sua deficiência crônica de capital humano.

Mas, quaisquer que sejam essas propostas, não podemos perder novamente a

oportunidade de fazer uma avaliação séria do seu impacto, sorteando aqueles que serão contemplados e comparando-os com grupos de controle. Só assim saberemos o que realmente funciona para tirar as famílias da dependência no curto prazo. Melhorar o ensino e o saneamento são as principais políticas para diminuir a dependência a longo prazo.

Naercio Menezes Filho Professor Titular Cátedra IFB e coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper e professor associado da FEA-USP; escreve mensalmente às sextas-feiras (email: naercioamf@insper.edu.br)

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

